

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia. A citação deve ser textual, com indicação de
fonte conforme abaixo.

MARTINS, Amilcar Viana. *Amilcar Viana Martins (depoimento,
1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 40 p.

**AMILCAR VIANA MARTINS
(depoimento, 1978)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Simon Schwartzman

levantamento de dados: Equipe

sumário: Patrícia Campos de Sousa

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Belo Horizonte - MG - Brasil

data: 14/09/1978

duração: 2h 30min

fitas cassete: 03

páginas: 40

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC." Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984).

A escolha do entrevistado se justificou por sua trajetória profissional. Foi presidente da Sociedade de Parasitologia do Brasil, membro do Conselho Nacional de Saúde da Academia Brasileira de Ciências e perito em doenças parasitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), dentre outros cargos de destaque.

temas: Afrânio Peixoto, Ato Institucional, 5 (1968), Biologia, Cooperação Científica E Tecnológica, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Doenças, Ensino Superior, Fundação Rockefeller, História da Ciência, Instituições Científicas, Instituto Oswaldo Cruz, Medicina,

Minas Gerais, Organização Mundial da Saúde, Pesquisa Científica E Tecnológica, Pós -
Graduação, Reforma Educacional, Saúde Pública, São Paulo

Sumário

Fita 1: origem familiar e primeiros estudos; a criação da Faculdade de Medicina da UFMG; a organização do Instituto Ezequiel Dias e sua importância para a evolução da pesquisa biológica em Minas Gerais; a "reunião das quintas-feiras"; a biblioteca do Instituto; os recursos e as condições de pesquisa das Faculdades de Medicina e Farmácia da UFMG: os baixos salários e o ecletismo dos professores; os estágios nos Institutos Oswaldo Cruz e Butantã; o contato do Instituto Ezequiel Dias com essas instituições; as finalidades do Instituto; sua atualização e posterior transformação em órgão exclusivamente industrial; a crise do Instituto Ezequiel Dias e o afastamento temporário de Viana Martins; as pesquisas desenvolvidas na Faculdade de Medicina da UFMG; as pesquisas sobre a doença de Chagas e a campanha desmoralizadora de Afrânio Peixoto; as carreiras de Ziguerman e José Pelegrino; a criação do Instituto de Endemias; o convênio deste órgão com a Faculdade de Medicina da UFMG e sua importância para o desenvolvimento da parasitologia em Belo Horizonte; a parasitologia em São Paulo: o grupo de Samuel Pessoa; a incorporação do Instituto de Endemias ao Departamento Nacional de Endemias Rurais e sua posterior vinculação à Fundação Instituto Oswaldo Cruz; a pesquisa parasitológica em Minas Gerais: os trabalhos sobre a doença de Chagas, o curso de pós-graduação da UFMG; Baeta Viana e o desenvolvimento da bioquímica no Brasil; os trabalhos interdisciplinares; a atuação do entrevistado como diretor do INERU, do Instituto Oswaldo Cruz e do Departamento Nacional de Endemias Rurais; a decadência do Instituto Oswaldo Cruz; os recursos para a pesquisa científica no país; a aposentadoria pelo AI-5; as viagens ao exterior; o estágio na Universidade da Califórnia: a vacina contra a febre maculosa; o auxílio da Fundação Rockefeller à área de saúde pública no Brasil; a fundação da UFMG; o papel da Faculdade de Filosofia na criação do espírito universitário; a UFMG após a reforma universitária; o ensino médico nessa universidade; o problema do atendimento médico no país.

Fita 2: as atuais condições de combate às doenças parasitárias; a pesquisa básica e a pesquisa aplicada; os estudos sobre a doença de Chagas; a atuação do entrevistado como perito da Organização Mundial de Saúde e consultor da Organização Pan-Americana de Saúde.

1ª entrevista – Belo Horizonte, 14 de setembro de 1978.

S.S. – A minha pergunta inicial seria a respeito da sua formação; onde estudou, que cursos fez e como se interessou pela pesquisa na área Biológica?

A.M. – A minha formação seguiu uma linha, sempre, muito reta.

Nasci em Belo Horizonte. A minha família é de burocratas. Estudei sempre em estabelecimentos oficiais. Como todo mundo, fiz primeiro o Jardim de Infância, depois o grupo escolar Barão do Rio Branco. Passei pelo Colégio Estadual e pela Universidade.

S.S. – Família de burocratas, como?

A.M. – Meu pai era funcionário público do estado. Na família nunca teve militar, nem industrial, nem comerciante. No Império houve vários políticos, meus antepassados. Sou sobrinho-bisneto do Marquês de Sapucaí, que foi primeiro ministro do Império; um outro tio foi senador do Império, Visconde de Assis Martins. Minha família é mais ligada ao tipo intelectual. Eu e meus irmãos, quase todos, nos formamos muito facilmente.

S.S. – Mas, e a parte referente a Universidade, a formação da Faculdade de Medicina e, também, do Instituto Ezequiel Dias.

A.M. – Você quer que eu comece cronologicamente? Para mim é indiferente. Seria melhor ser simultâneo.

Você quer saber como se formou a Faculdade de Medicina?

S.S. – Exato.

A.M. – A idéia de criar a Faculdade de Medicina partiu de um médico ilustre daqui, professor Cícero Ferreira. Ele era um clínico de grande prestígio, de família tradicional, rica, que tinha uma grande chácara numa rua aqui perto. Tinha grande prestígio e lembrou de criar a Faculdade de Medicina. Aproveitou-se então, dos médicos que tinham vindo do Rio de Janeiro; muitos deles por questão climática.

S.S. – O Dr. Cícero era aparentado com o Carlos Chagas?

A.M. – Ele era de Oliveiras, da mesma terra do Carlos Chagas. Era parente afastado do Chagas.

Alguns médicos vieram do Rio, por lesão pulmonar. Belo Horizonte tinha fama de ser uma cidade ideal para cura da tuberculose.

S.S. – Isso era verdade?

A.M. – Não. Isso, hoje, não se aceita mais. É claro que um clima como do Rio, úmido, quente, não é bom para o tuberculoso. Mas hoje, com esses medicamentos...

S.S. – Mas na época?

A.M. – Na época realmente... Tem aquele negócio da Suíça, não é. Os sujeitos iam se tratar de tuberculose na Suíça, por causa do clima. E aqui é um clima de montanha, seco. Então, vieram os professores Borges da Costa – que veio a ser meu professor –, Marques Lisboa, Almeida Cunha. Todos esses haviam trabalhado no Instituto Oswaldo Cruz. Todos tinham lesão pulmonar e vieram à Belo Horizonte para se curarem e também atraídos por uma cidade que estava nascendo, naquela ocasião, e que tinha muito atrativo para quem quisesse fazer clínica. Belo Horizonte atraiu elementos como o professor Hugo Werneck, que, também foi um dos grandes professores da Escola. Veio, também por motivo de lesão pulmonar e, com outros indivíduos da cidade, criou a Faculdade de Medicina.

A Faculdade de Medicina nasceu sob auspícios muito bons, porque havia vários professores que, realmente, estavam capacitados. Não eram indivíduos improvisados como professores. Esse foi o seu início.

O Instituto Ezequiel Dias funcionava muito ligado à Faculdade de Medicina. A origem dele – eu presumo, não posso ter certeza, porque quando entrei para o Instituto já tinha alguns anos de funcionamento – foi a seguinte: o professor Ezequiel Dias era concunhado de Oswaldo Cruz – as esposas eram irmãs. O Ezequiel adoeceu de tuberculose no Rio, e, parece que por isso veio para Belo Horizonte. Criou-se, então, a filial do Instituto Oswaldo Cruz. Depois, passou a chamar-se Instituto Ezequiel Dias.

O Instituto funcionava num terreno que foi doado pelo estado, ao lado do Palácio, da Liberdade. Veja, como na época, se dava importância a essas coisas! Doou-se um terreno ao lado do Palácio da Liberdade para se criar um Instituto de Pesquisas Biológicas, para preparação de soros e vacinas. Funcionou nesse terreno durante muito tempo, até que foi transferido para a Gameleira, onde funciona atualmente.

O Instituto Ezequiel Dias teve uma grande importância na evolução da pesquisa biológica em Minas Gerais, pelo seguinte: em primeiro lugar, porque tinha trabalhando algumas pessoas, realmente, categorizadas. Eram indivíduos, que embora daqui de Belo Horizonte, faziam sempre estágios no Instituto Oswaldo Cruz. Na realidade, formaram-se no Instituto Oswaldo Cruz. Eu mesmo fiz vários estágios lá. Fui sempre ligado ao Instituto. Tinha o professor Aroeira Neves que era um grande bacteriologista e micologista; o professor Melo Campos, grande especialista em escorpiões e cobras. Uma das principais finalidades do Instituto era a preparação de soro contra cobras e escorpiões. O escorpião era um problema extremamente sério em Belo Horizonte. O número de mortes que causavam, eram muito grandes, sobretudo de crianças. Então, esses elementos influenciaram o Otávio Magalhães. Este foi o diretor do Instituto, após a morte do professor Ezequiel Dias. O Otávio Magalhães era

professor de Fisiologia e foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz, mas a pesquisa dele não era... Na ocasião, em Belo Horizonte, não se podia delimitar, como hoje, que o indivíduo estuda profundamente uma coisa, num campo restrito. Era preciso que se trabalhasse naquilo que fosse necessário; no que aparecesse. Ele trabalhava também em Microbiologia. Isso, indiscutivelmente, teve um papel muito importante na evolução da Ciência Biológica, em Belo Horizonte...

Uma coisa extremamente importante para o Instituto foi a biblioteca. Tenho a impressão que muitos dos livros vieram de Manguinhos, doados, e além disso, a biblioteca assinava revistas do mundo inteiro: da França, da Inglaterra, da Alemanha, algumas da Suécia muito conhecidas, dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, da Argentina – lembro-me da Prensa Médica Argentina. De modo que o pessoal do Instituto estava sempre atualizado com o que se realizava no mundo inteiro: Microbiologia, Anatomia Patológica, Parasitologia, etc.

Outra coisa que havia muito importante, eram as reuniões semanais, às quintas-feiras, em que se fazia o resumo dos artigos principais. Esses artigos eram resumidos pelo pessoal do Instituto e discutido por todos. E, a essas reuniões, compareciam frequentemente vários médicos que não pertenciam ao corpo do Instituto; entre eles o professor Baeta Vianna, o professor Marques Lisboa da Faculdade de Medicina, mas que também compareciam, normalmente, às reuniões. As reuniões possibilitavam de se atualizarem em vários assuntos não só o pessoal do Instituto, como também outros médicos. Acho que isso teve uma influência extremamente importante.

Uma das minhas funções no Instituto Ezequiel Dias foi organizar a biblioteca. Organizei-a, seguindo os métodos modernos de catalogação. Criou-se, então, uma biblioteca especializada, de acordo com os temas adotados no Instituto Ezequiel Dias. Fiz um estágio na biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz para organizar a daqui.

S.S. – O Sr. entrou para o Instituto Ezequiel Dias em 1917?

A.M. – Nasci em 1907, e entrei para a Faculdade de Medicina com dezesseis anos, portanto, em 1923. Em 1924 entrei para o Instituto, com dezessete anos. Entrei e continuei durante muito tempo no Instituto.

A Faculdade de Medicina funcionava muito ligada ao Instituto e vice-versa, porque havia vários pesquisadores do Instituto que eram professores da Faculdade de Medicina. Havia um entrosamento muito grande. Acho que isso foi muito útil para as duas instituições.

S.S. – Isso é um fato que, me parece, não ocorreu entre Manguinhos e a Escola de Medicina.

A.M. – Não havia nenhum entrosamento. De um modo geral, o pessoal era só de Manguinhos; não pertencia a Faculdade de Medicina.

(Interrupção)

S.S. – O Sr. estava dizendo que as pessoas tinham que trabalhar em várias coisas, porque os salários eram muito pequenos.

A.M. – Sim. A Faculdade de Medicina, que era particular, pagava uma ninharia; um pagamento puramente simbólico. Ela vivia do pagamento das anuidades dos alunos, e, talvez, de um auxílio do governo, não me lembro bem. Mas era muito pouco. Era uma Faculdade pobre. A parte clínica funcionava na Santa Casa da Misericórdia, que não era da Faculdade de Medicina – era uma casa de caridade, como é até hoje. A parte das cadeiras básicas funcionava num prédio antigo que foi construído no local, onde hoje reside o diretor da Faculdade. De modo que, o pagamento era muito pequeno. O Instituto também pagava muito pouco.

Fui professor da Escola de Farmácia, da Faculdade de Medicina e trabalhava no Instituto. Na Escola de Farmácia não havia a menor possibilidade de

pesquisar só se dava aula. E mais ainda, na Escola de Farmácia não se tinha possibilidade nem de preparar material para as aulas. Em geral, eram preparadas no Instituto Ezequiel Dias.

Na Faculdade de Medicina era, mais ou menos, a mesma coisa; um pouquinho mais de material, maior possibilidade, mas ainda muito pequena a pesquisa. Então, como não havia problema de acumulação, podíamos trabalhar em diferentes lugares, sem maiores problemas. Isso, para mim, foi muito bom porque pude ter uma visão mais ampla. Trabalhei primeiro como assistente de Fisiologia; depois, assistente de Histologia e, depois, de Parasitologia. Muita gente começa fazendo pesquisas biológicas já muito especializadas. Eu não. Devido às condições locais, eu tinha que trabalhar em várias coisas. Preparei soro antiescorpiônico, soro antiofídico. Fiz um estágio no Instituto Oswaldo Cruz para aprender a preparar soro antidiftérico, e assim por diante. Tínhamos que cuidar de vários assuntos ao mesmo tempo. Só depois é que se começou a especializar e, cada um tinha a sua mais ou menos delimitada.

S.S. – Como eram esses estágios que o Sr. fez em Manguinhos? Eram curtos?

A.M. – Eram curtos. Eram estágios de mais ou menos três meses. Não mais do que isso.

S.S. – Mas Manguinhos tinha curso de formação, não é?

A.M. – Tinha. Mas não fiz esse curso porque era de dois anos e, para mim era difícil. Eu não podia sair de Belo Horizonte e ficar no Rio dois anos. Eu fazia estágios, mais ou menos, especializados. Fiz estágios para aprender a preparar soros, como fiz estágios, também, no Instituto Butantã, em São Paulo, para aprender a fazer soro anti-ofídico. Como aqui os meios eram muito limitados, tinha-se que sair para outros estados. Muitos, em geral, procuravam São Paulo e Rio.

S.S. – Mas o contato era mais com o Rio?

A.M. – Muito mais, não só porque o Instituto daqui era uma filial do Instituto Oswaldo Cruz, como também os professores da Faculdade de Medicina eram quase todos de origem carioca e tinham se formado no Rio. O contato com São Paulo era relativamente pequeno.

O Instituto Ezequiel Dias chegou a ter um desenvolvimento bastante bom. Numa época, havia só três Institutos de Pesquisas Biológicas no Brasil: o Instituto Oswaldo Cruz – que evidente mente era o maior de todos; na ocasião o maior da América Latina, hoje não é mais –, o Instituto Butantã e o Instituto Ezequiel Dias.

S.S. – Isso em que época?

A.M. – Isso até 1940.

S.S. – E o Instituto Biológico de São Paulo?

A.M. – O Instituto Biológico de São Paulo tinha uma função muito específica, de combate à praga da agricultura. Ele fazia algumas pesquisas, mas...

S.S. – O Rocha Lima não era do Biológico?

A.M. – O Rocha Lima foi o fundador. O Biológico não era um grande instituto de pesquisa. Como Instituto de pesquisa, hoje, não é grande.

S.S. – Não.

A.M. – Atualmente, é um grande Instituto, mas visando uma coisa prática – combate às pragas. O Instituto Biológico foi o que ainda é hoje. O grande Instituto de Pesquisas era o Instituto Oswaldo Cruz.

S.S. – Mas o Instituto Ezequiel Dias não tinha uma coisa muito prática também?

A.M. – Tinha. A finalidade do Instituto era essa: fazer exames para a Secretaria de Saúde Pública, sobretudo, o diagnóstico de doenças transmissíveis como febre tifóide, difteria, etc. Todos os exames eram feitos lá, como ainda é. Hoje, o Instituto é do Estado. Na ocasião, preparava-se soro antiescorpiônico, o soro anti-ofídico, e depois passou a preparar outros soros, quando fiz o estágio para aprender a fazer soro anti-diftérico. Tinha essa parte industrial, que era necessária, porque o soro anti-ofídico, por exemplo, só era preparado no Instituto Butantã, e aqui em Belo Horizonte. O soro antiescorpiônico era preparado, praticamente, só aqui. Tinha essa parte prática.

O Instituto evoluiu e chegou a ter um *status* bastante grande, mesmo no exterior. Mas aconteceu o seguinte: como filial do Instituto Oswaldo Cruz, as coisas não andavam muito bem, pois uma filial nunca funciona bem. A direção do Instituto Oswaldo Cruz não dava grande importância ao Instituto Ezequiel Dias. Já, nessa ocasião, o diretor do Instituto Oswaldo Cruz era o Carlos Chagas. Ele nem vinha a Belo Horizonte e, quando de passagem, às vezes, nem visitava o Instituto. De modo que, então, providenciou-se a estadualização do Instituto, isto é, a passagem do governo federal para o estadual. Isso foi feito com a melhor das intenções, achando-se que iria melhorar muito as suas condições. Mas foi o maior desastre pelo seguinte: em plena dita dura, em pleno desgoverno do nosso Getúlio Vargas...

S.S. – Isso em 1937, 1938?

A.M. – Foi mais ou menos por aí. Então, o Instituto passou para o estado e, durante algum tempo, a coisa funcionou bem.

S.S. – Na ocasião, o Instituto era ligado à Secretaria de Educação e Saúde. Funcionou bem, mas, depois, o governo do estado resolveu transformá-lo num órgão, exclusivamente, industrial; preparação de soros e vacinas e, sobretudo, produtos da natureza veterinária, para atender o que, realmente, o estado tinha que atender, porque havia grandes criações de porcos, bois, etc. E, chegou uma época que a pesquisa foi proibida. Então, construiu-se um prédio grande na

Gameleira, com vaga, inclusive, para pastagem de gado, etc. Funcionou, durante algum tempo, junto com a Escola de Veterinária, que na ocasião era estadual. No prédio funcionava, no andar de cima, a Escola de Veterinária e, em baixo, o Instituto. Isso foi um desastre total, pelo seguinte: causou a saída do professor Magalhães. Ele era o diretor do Instituto e resolveram nomear um diretor administrativo. Ele seria o diretor científico e haveria um diretor administrativo.

Para diretor administrativo – isso é muito curioso – o Benedito nomeou um primo, o Dr. António Valadares Bahia, que era um ultra obscuro médico de Papagaio de Pitangui – um lugarejo que tem aí –, e esse sujeito dizia o seguinte: “prefiro rachar um metro de lenha a machado do que ler um livro”. Então, o Magalhães saiu e o Instituto como estabelecimento de pesquisa desapareceu.

S.S. – Tinha algumas linhas de pesquisa que estavam formadas e que foram desfeitas?

A.M. – Tinha. Houve uma época em que a coisa se organizou. Organizamos vários laboratórios; de Protozoologia, de Helminologia e da Entomologia. O pessoal foi fazer estágios em Manguinhos. Embora o Instituto já fosse estadual, ainda tinha muita ligação com Manguinhos. O negócio chegou a ser montado para se formar um instituto de pesquisa de bom nível. A orientação inicial aos grupos foi dada por mim com o professor Magalhães. Então, houve isso: o Benedito resolveu cortar e transformar o Instituto num órgão industrial.

S.S. – Isso saiu da cabeça dele?

A.M. – Aí é que está o mal. Não foi da cabeça dele. O negócio partiu do professor Magalhães com as melhores intenções. Ele achou que o Instituto deveria ter uma parte industrial para renda e com esta renda poderia ampliar as pesquisas. Mas o estado achava que a pesquisa só dava despesa; não valia a pena. Então, resolveu fazer somente a parte industrial. E foi feito isso. O Magalhães, realmente, acenou para o estado a possibilidade de ter uma renda, não só que

desse para sustentar o Instituto, como também desse mesmo maior renda para o estado.

O Instituto Oswaldo Cruz sempre teve uma estrutura industrial.

S.S. – A famosa verba da Mangueira.

A.M. – É. Aqui, a renda industrial do Instituto era a seguinte: o Instituto só fazia produtos para o estado, de modo que aquilo seria apenas uma contabilização – o estado recebeu tanto e deu tanto. Mas o negócio nunca funcionou. O Instituto Oswaldo Cruz tinha uma renda e o Magalhães, baseado nisso, pensou que poderia obter uma boa situação para o Instituto. Infelizmente, não deu certo, porque as circunstâncias eram inteiramente desfavoráveis. E, então, surgiu no Instituto uma situação muito desagradável: um diretor que, como eu disse, preferia rachar um metro de lenha do que ler um livro, absolutamente ignorante. Ele não era má pessoa, mas era um indivíduo de baixa envergadura científica. O regime era horrível; um regime de grande concentração. Fiquei desesperado com a situação, pois nunca fui muito amante de escravidão, e era o que tínhamos. Basta dizer o seguinte: o Instituto funcionava na Gameleira. Não havia gasolina, de modo que mesmo os que tinham automóvel, como eu, para trabalhar no Instituto precisavam ir de bonde elétrico. Tínhamos dois expedientes: um de manhã e um à tarde, com um intervalo de duas horas para irmos à cidade almoçar. Se chegássemos um minuto depois da hora marcada, perdíamos o dia.

S.S. – Nessa época, o Sr. já estava no Instituto em tempo integral?

A.M. – Não. Ainda não tinha tempo integral porque não havia sido federalizado. Mas o regime era de tal modo rigoroso que não se podia fazer nada. Ficávamos o dia inteiro à toa. Então, para desmoralizar a coisa, ficávamos jogando truque no Instituto. A idéia era essa mesma. Era um horror. Então, descobri um meio de sair do Instituto. No ano seguinte, fui para guerra. Fiz um curso e me nomearam capitão-médico, conseguindo, assim, ser convocado. Passei uns

meses em Belém do Pará, trabalhando no Hospital Militar. Depois, fui para Itália esquecer tudo e fiquei lá até acabar a guerra. Foi a maneira que encontrei para fugir da ditadura.

Terminada a guerra, fiquei ainda algum tempo no Instituto. Mas, depois, a Universidade foi federalizada e eu não podia acumular. Deixei-o e fiquei só na Universidade.

Na Universidade fiquei com duas cadeiras: uma da Escola de Farmácia e outra da Escola de Medicina, porque era permitido, como até hoje, acumular duas cadeiras da mesma coisa, desde que não haja incompatibilidade de horários. No fim de algum tempo, me aposentei na Escola de Farmácia. E, aproveitando o tempo que tive no Instituto Ezequiel Dias, em que trabalhei desde os dezessete anos, fui me apresentar lá. Passei, então a fazer tempo integral no governo do estado. Estava assim, até que fui aposenta do em 1964.

No Governo do Juscelino, passei praticamente os cinco anos fora da Universidade. Acho que você está interessado só pelo começo, não é?

S.S. – É, mas vou chegar até aí. Antes disso, quero perguntar-lhe o seguinte: foi possível retomar o trabalho de pesquisa da Faculdade de Medicina depois da guerra? O Sr. conseguiu retomar também o trabalho que vinha fazendo no Instituto, ou aquilo morreu completamente?

A.M. – No Instituto Ezequiel Dias?

S.S. – Não. Depois da guerra foi possível retomar esse trabalho na Faculdade de Medicina?

A.M. – Na Faculdade de Medicina, sim. Eu, por exemplo, continuei trabalhando na mesma linha que trabalhava na Faculdade de Medicina. No Instituto, não.

S.S. – Foi possível transferir para a Faculdade de Medicina alguns desses trabalhos que vinham sendo feitos antes?

A.M. – Sim, porque trabalhei durante muito tempo no Instituto.

O que aconteceu foi o seguinte: havia muito pouca gente aqui e os problemas eram muitos e eles trabalhavam em vários programas. Começavam um, depois pegavam outro, etc.

S.S. – Não podiam continuar o trabalho?

A.M. – Não. Agora, não há necessidade. O primeiro trabalho que fiz, foi sobre grupos sanguíneos dos índios, com que tive vivência. Mas fiz trabalhos sobre vários assuntos que apareciam na ocasião. Depois, passei a trabalhar quase que, exclusivamente, em doença de Chagas. Era um problema que não havia ninguém, na ocasião, trabalhando. Depois que o Chagas parou de trabalhar – não sei se alguém lhe disse isso –, a doença do Chagas entrou numa fase de grande desprestígio. Houve uma campanha muito grande contra o Chagas. Ele era um sujeito genial, indiscutivelmente, mas tinha seus defeitos. Conheci-o mal: uma vez que veio aqui e outra, que fui ao Rio. Como diretor, víamos muito pouco. Ele era um pouco *society*. Quando parou de trabalhar, houve uma campanha muito grande contra a doença de Chagas, feita, sobre tudo, pelo Afrânio Peixoto. (Não sei se já ouviu falar nele)

O Afrânio Peixoto era professor de Higiene na Faculdade de Medicina e dizia o seguinte: “A doença de Chagas era uma doença que só dava em pessoas sem importância e em regiões também, economicamente, não importantes de Minas Gerais”. (A doença de Chagas foi descoberta em 1900) De modo que, a doença de Chagas estava bastante desmoralizada. Mas, depois, na Argentina retomaram o estudo da doença e mostraram que era um problema de lá também. Foi aí, então, retomado o seu estudo no Brasil. Basta dizer-lhe o seguinte: o Chagas fez um trabalho em que, se não me engano, descrevia onze casos agudos da doença

de Chagas. Depois disso, os primeiros trabalhos foram descritos por mim, em 1940.

O Manoel Dias – filho do Ezequiel Dias – trabalhou sempre com doença de Chagas, mas na parte de laboratório.

Depois disso a doença tomou, um impulso incrível, o seu estudo e, hoje, dizem... Não sei se você conhece o Ziguerman?

S.S. – Conheço.

A.M. – Ele tinha a seguinte frase: “Hoje, no Brasil, há mais gente vivendo da doença de Chagas do que morrendo dela.” E você sabe que tinha mesmo. A Finep mesmo financia uma série de projetos sobre doença de Chagas.

Voltando ao ponto que paramos. Então, recomecei a trabalhar em doença de Chagas. Depois surgiu o problema da esquistossomose e, então, comecei a trabalhar nisso, durante bastante tempo. Depois, passei a trabalhar em leishmaniose, sobretudo, nos transmissores da leishmaniose.

S.S. – O Sr. falou que tinha condição de formar gente na Faculdade de Medicina e no Instituto?

A.M. – Sim. Na Faculdade de Medicina, muito pouco, mas não era difícil, na ocasião. Após a federalização ficou muito mais fácil.

O Instituto conseguia formar gente porque, embora os salários fossem pequenos, sempre se podia contratar estudantes. De modo que muita gente pode depois se formar no Instituto. Agora, na Faculdade de Medicina só muito mais recentemente.

S.S. – Como começou a ser formado esse grupo do qual o Ziguerman faz parte?

A.M. – O Ziguerman desde estudante tinha tendência para pesquisa; nunca teve para clínica. A história dele é mais ou menos parecida com a minha. Estudou Medicina porque era a que tinha que estudar. Começou trabalhando com José Pelegrino que, aliás, já tinha trabalhado comigo também. O Pelegrino trabalhou comigo, mas muito cedo adquiriu autonomia.

S.S. – O Pelegrino trabalhou em que?

A.M. – Ele trabalhava na Faculdade de Filosofia. Nessa ocasião, o Brás Pelegrino, pai dele, era diretor da Faculdade de Filosofia e dava todas as facilidades para o José, inclusive, veio para cá o Schneider. Um belo dia, o Schneider disse: “O Brás pensa que vim aqui para ser tutor do José.”

O José Pelegrino trabalhou com o Schneider e aprendeu muita coisa.

S.S. – Ele chegou a fazer pesquisa genética?

A.M. – É. O Schneider fazia pesquisa, sobretudo, de Genética. Mas, ele era um sujeito de formação européia. Conhecia muita coisa. Mas afinal não formou tanta gente assim. Talvez, tenha formado apenas três elementos.

Então, o Ziguerman começou a trabalhar com o Pelegrino. Depois, teve uma vaga de assistente na Escola de Farmácia e convidei o Ziguerman para trabalhar. Ele foi meu assistente durante bastante tempo, e, quando me aposentei, ficou no meu lugar. Nessa época, foi criado aqui o Instituto de Endemias, que é o que existe atualmente, onde ainda trabalho e, chamei-o para trabalhar lá, também.

S.S. – O Instituto era da Faculdade de Farmácia?

A.M. – Não. O Instituto de Endemias é federal.

S.S. – Mas o grupo foi formado a partir da Farmácia?

A.M. – Sim. A partir da Farmácia e da Medicina. Então, o Ziguerman começou a trabalhar lá.

O primeiro diretor do Instituto fui eu. Então, o Ziguerman, o Pelegrino e outros elementos foram trabalhar no Instituto de Endemias e mais alguns elementos que vieram do Rio.

Isso já está fora do seu período de tempo, mas o papel do Instituto de Endemias aqui foi extremamente importante. Você quer que conte a história do Instituto?

S.S. – Quero.

A.M. – Eu, o Valdemar Versiani e outros fizemos um trabalho sobre a distribuição geográfica da esquistossomose. Queríamos ver qual a verdadeira prevalência da esquistossomose no estado. Tivemos a idéia de fazer um trabalho usando meninos de grupos escolares. Fizemos somente numa faixa etária, baseados no seguinte: era mais fácil de obter o material, pois era uma população relativamente estável. O trabalho foi feito aqui em Belo Horizonte. Então, um órgão federal, que se chamava Organização Sanitária, resolveu fazer esse inquérito em âmbito nacional, e, nos pediram que treinássemos o pessoal. Todos foram treinados, na Faculdade de Medicina. Esse trabalho foi feito mais no Instituto Ezequiel Dias e na Faculdade de Medicina. O diretor da Divisão de Organização Sanitária, Dr. Amílcar Pelón, tinha começado a criar um instituto de pesquisa em Belém, que hoje se chama Dr. Argeu Magalhães. Convidou-me para ser diretor desse Instituto e eu lhe disse: “não, mas se o Sr. criar outro aqui em Belo Horizonte...” Então, resolveu criar – na ocasião ele tinha bastante prestígio – um centro de pesquisa aqui ligado à Divisão de Organização Sanitária e ao Ministério da Saúde e encarregou-me de conseguir o terreno. Eu, na ocasião, tinha bastante relações com o prefeito Otacílio que nos cedeu o terreno, na avenida Augusto de Lima. Veio a verba do Ministério da Saúde e construímos o prédio. Aproveitando o pessoal daqui ligado à pessoas do Rio, criou-se, então, o Instituto de Endemias.

Como eu fazia parte desse grupo e da Faculdade de Medicina – eu trabalhava no instituto sem ganhar – nomearam-me diretor do Instituto e eu era da Faculdade de Medicina. Nessa ocasião, deixei a Escola de Farmácia. Fiquei só com os dois. Então, estabeleci uma relação muito estreita, um convênio escrito, assinado, entre o Instituto e a cadeira de Parasitologia da Escola, e, assim, o pessoal da Escola podia trabalhar no Instituto e vice-versa. E isso foi muito bom pelo seguinte: O Instituto tinha muito mais facilidade de pesquisa do que a Faculdade, mesmo depois de federalizada, porque dispunha de transporte, dispunha de várias coisas. Isso causou um desenvolvimento bastante grande na Parasitologia. Hoje, digo isso sem a menor sombra da dúvida, o melhor grupo de Parasitologia da América Latina é o de Belo Horizonte.

Houve um grupo de Parasitologia excelente em São Paulo, do professor Samuel Pessoa, mas esse grupo se dispersou totalmente depois da revolução.

S.S. – Esse grupo era de que lugar de São Paulo?

A.M. – Da Universidade. Mas, com a revolução, saíram praticamente todos. Alguns foram para o exterior, outros foram presos, o diabo! Isso tudo porque o professor Samuel Pessoa tinha umas tendências bastante liberais, e o pessoal dele também. De modo que o grupo se dispersou. Hoje, o grupo de Parasitologia de São Paulo não vale nada.

O grupo daqui é o melhor e acho que foi a influência do Instituto e o progresso da Faculdade de Medicina que permitiu isso. Hoje, esse grupo do Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina é muito bom. É o melhor Departamento.

S.S. – Essa ligação ainda continua próxima?

A.M. – Continua. O convênio continua. O Ziguerman é atualmente professor titular do ICB – Instituto de Ciências Biológicas –, mas trabalha no Instituto de

Endemias. Ele vai lá, dá umas aulinhas, os alunos usam o laboratório dele, e assim por diante. Também há pessoas que são do meu grupo do Instituto de Endemias e trabalham na Faculdade.

S.S. – O Instituto pertence ao Ministério da Saúde?

A.M. – Hoje, pertence à Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

S.S. – Mas no começo era do Ministério da Saúde.

A.M. – Era do Ministério da Saúde, diretamente ligado à Divisão de Organização Sanitária. Mas, depois, foi criado o Departamento de Endemias Rurais no governo do Juscelino e o Instituto passou a fazer parte do Departamento, como órgão de pesquisa.

(Fim da Fita 1 – A)

A.M. – Essa colaboração funcionou muito. Hoje, a pesquisa parasitológica daqui é a melhor do Brasil. Os nossos projetos são financiados ou pela Finep, ou pelo CNPq. E, hoje, as verbas são enormes.

S.S. – O que se está conseguindo com isso?

A.M. – Em resultados práticos?

S.S. – Ou científicos.

A.M. – No plano científico é bastante bom, porque o número de trabalhos publicados é muito grande. O grupo do Ziguerman que trabalha em doença de Chagas, tem um prestígio muito grande. Agora, ele está em Nova Iorque. Vive viajando, pois tem um prestígio internacional muito grande.

Em esquistossomose também os trabalhos são muito bons. Não sei se você conhece o Katser?

S.S. – Conheço.

A.M. – O Katser é do Instituto, e não da Escola. Trabalha em esquistossomose; excelente pesquisador. Tem um grupo de leishmaniose que tem feito trabalhos muito bons. O prestígio internacional do grupo é enorme. Agora, se você pergunta sobre resultados práticos... O pessoal que trabalha, hoje, em doença de Chagas não visa nenhum resultado prático. O agente etiológico da doença de Chagas é o tripanossoma cruzi – hoje, usam-no como modelo para vários estudos de Bioquímica de protozoários, Fisiologia de protozoários, etc. – esquecendo, crítica que faço sempre, que é o causador da doença de Chagas. Mas isso não importa muito a eles. Não estão interessados, em resolver o problema da doença de Chagas, mas em estudar o tripanossoma cruzi. O Chagas estabeleceu as coisas principais sobre a doença de Chagas: descobriu o agente etiológico, o agente transmissor, o vetor, os reservatórios da natureza, tudo isso; a parte clínica foi estudada muito bem. Mas ele não fez duas coisas: uma foi a questão da profilaxia e, a outra a terapêutica. A profilaxia hoje está absolutamente resolvida. Pode-se combater o barbeiro com inseticida ou acabando com a cafua. Na natureza é impossível acabar com ele, porque se encontra dezenas e dezenas de animais silvestres com tripanossoma cruzi. Agora, a terapêutica até hoje...

S.S. – Não se conseguiu.

A.M. – Não. Tem uns medicamentos que dão alguma esperança devido a alguns resultados, mas não se conseguiu um tratamento, realmente, seguro da doença. Acho que os trabalhos que se tem feito aqui, foram bons. Atualmente, existe o curso de pós-graduação em Parasitologia, e, na realidade, só funciona por causa desse entendimento entre o Instituto de Endemias e à Universidade. Muitas teses são feitas no Instituto de Endemias e outras na Universidade. O

Ziguerman orienta várias teses. Existem certas teses bastante boas. É um curso bastante bom. Agora, até o pessoal do mestrado está começando a fazê-lo.

S.S. – A Escola de Medicina em seu começo, além desses trabalhos tinha uma outra linha? O grupo do professor Baeta Vianna era separado? Havia contato? Como era?

A.M. – A história do Baeta Vianna e a seguinte: foi para os Estados Unidos e, lá, estudou Bioquímica, numa época em que no Brasil quase não existia. De modo que o Baeta Vianna, realmente, foi um pioneiro.

Essas escolas de Bioquímica que existem no Brasil, sobretudo, em São Paulo e em Belo Horizonte, foram criadas pelo Baeta Vianna. Trabalhou sempre na Escola. Ele tinha bastante prestígio e, naquela época, quem ia aos Estados Unidos, voltava com um prestígio enorme. Conseguiu criar um laboratório razoável e formar muita gente. O pessoal que está aqui hoje, quase todo, vem de seu laboratório. Ele formou o Senise, Beraldo, etc.

S.S. – Esse trabalho não tinha muita proximidade com o de Parasitologia?

A.M. – Não tinha nenhuma; agora sim. Atualmente, há vários problemas que são abordados por uma equipe interdisciplinar: além da equipe de Parasitologia, tem a equipe de Bioquímica. Por exemplo, há aqui na Universidade, o que se chama CITE – Grupo Interdisciplinar de Esquistossomose. É formado pelo pessoal da Parasitologia, da Bioquímica. Naquela época, a Bioquímica era muito separada.

S.S. – Voltando ao período do Governo Juscelino. O Sr. foi diretor de Manguinhos nessa época?

A.M. – Em primeiro lugar, fui diretor do Instituto de Endemias daqui. No Governo Juscelino criou-se o Departamento Nacional de Endemias Rurais, para combater as endemias de todo o território nacional. O órgão de pesquisa do

Departamento era o Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERU. Esse Instituto deveria ter sede no Rio. O Juscelino, que era meu amigo, convidou-me para ser diretor do Instituto. Aceitei com a condição da sede ser em Belo Horizonte. Concordou comigo e a sede do Instituto passou a ser aqui. Fiquei uns dois anos na direção do INERU. Depois, passei para a direção do Instituto Oswaldo Cruz, porque havia uma crise, uma campanha muito grande contra o diretor e, resolvi aceitar. Aliás, hesitei muito em aceitar.

No fim do Governo Juscelino, passei a diretor geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais, quando caiu o ministro Pinotti. Houve, então, necessidade de uma remodelação de todo o Ministério e fiquei na direção do Departamento.

S.S. – Nessa época, como estava o Instituto Oswaldo Cruz?

A.M. – Todos os institutos, ou quase todos, tem uma fase de ascensão e uma fase de declínio e, depois, partem para uma outra fase de ascensão. É um negócio, mais ou menos, cíclico.

Quando fui para o Instituto Oswaldo Cruz o prestígio havia caído muito, por vários motivos: um deles é que o diretor era indivíduo inteiramente nulo, ignorante. Muito ruim mesmo. Não tinha prestígio nenhum, e parece que também não ligava muito. O outro motivo foi o envelhecimento do quadro.

O instituto Oswaldo Cruz tinha um quadro de pesquisadores notável. Fez grandes descobertas, grandes pesquisas, mas foram envelhecendo e não foram substituídos. E por que? Porque o Instituto Oswaldo Cruz não tinha nenhuma ligação com a Universidade. O pessoal novo tem que ser recrutado na Universidade. Como não havia nenhuma ligação, o pessoal velho foi se afastando, se aposentando ou diminuindo seu ritmo de trabalho e o Instituto foi caindo.

Quando entrei para o Instituto Oswaldo Cruz, consegui aumentar muito as verbas e outras coisas de natureza mais material. Seria necessário muito tempo

para se conseguir reconstituir um grupo de pesquisadores de alto nível. Isto, evidentemente, não pode ser efetuado. Melhorou um pouco, mas não deu tempo. Hoje, estão sendo feitos esforços no sentido de melhorá-lo. Parece que, quanto à parte de equipamento, está bom. Mas está faltando pessoal. Ouvi dizer que estão recrutando pessoal de fora, pagando bem, etc., de modo que, provavelmente, vai melhorar.

S.S. – Pode ser, não é?

A.M. – É. O Instituto Oswaldo Cruz é um patrimônio. Você conhece-o?

S.S. – Conheço.

A.M. – Conhece a biblioteca do Instituto?

S.S. – Não em detalhes.

A.M. – É a melhor biblioteca da América Latina, sem dúvida. É enorme. Hoje, dizem que o melhor instituto de pesquisa da América Latina é o da Venezuela, inclusive, a biblioteca é melhor. Não vejo muito trabalho desse Instituto.

A situação atual da pesquisa científica no Brasil é boa porque, pelo menos, não falta dinheiro.

No meu tempo, quando se queria uma verba de seis ou sete mil cruzeiros do Conselho Nacional de Pesquisas, era uma luta. Hoje, eles dão oitocentos, novecentos, um milhão de cruzeiros. É fácil obter dinheiro. Além disso, o número de pessoas trabalhando é muito maior. Tenho a impressão que o futuro da investigação científica no Brasil é bastante bom.

Outro dia, li uma entrevista do diretor do Instituto Oswaldo Cruz, e só falava em produção de vacinas. Isso, evidentemente, é perigoso.

S.S. – O Sr. foi aposentado em 1968?

A.M. – Em 1969.

S.S. – O Sr. atribui isso a quê?

A.M. – Costumo dizer o seguinte: as pessoas, incluídas no AI-5, foram por omissão, por corrupção ou por subversão. Nunca fui omissor, muito pelo contrário, e nunca fui corrupto.

S.S. – Então, por subversão?

A.M. – Deve ser. Não sei. Ninguém sabe. Fui sempre contra a revolução. Continuo contra; nunca oculte. Disseram-me que fui aposentado, porque tinha muito prestígio com os estudantes; é possível. Realmente, eu o tinha, mas nunca preguei a subversão. Nunca dei uma aula que falasse contra o governo. Mas um professor de Parasitologia que fala sobre doença de Chagas, tem que dizer que a solução definitiva para a doença é acabar com a habitação rural – a cafua. E, para acabar com ela, tem-se que fazer a reforma agrária. Isso tem que ser dito.

A mesma coisa é a esquistossomose. As doenças parasitárias são doenças da miséria e da pobreza, do subdesenvolvimento. Então, Tem-se que falar nessas coisas. Acredito que isso tenha contribuído.

S.S. – O Sr. em 1969 era professor da Universidade?

A.M. – Eu era professor titular do Instituto de Ciências Biológicas, porque na reforma as cadeiras básicas de Medicina passaram para o Instituto de Ciências Biológicas. Fui o primeiro diretor do Instituto de Ciências Biológicas.

S.S. – Houve alguma interrupção na linha de trabalho que estava sendo feita? Qual a consequência disso para Universidade e para o Sr.?

A.M. – Mas você diz o quê?

S.S. – O fato do Sr. ter sido aposentado.

A.M. – Para a Universidade não teve nenhuma consequência.

S.S. – Mas o Sr. não estava fazendo um trabalho, lá?

A.M. – Continuei fazendo. Às vezes, o pessoal fica zangado comigo quando digo que um indivíduo faz pouca falta, pois pode sempre ser substituído. Se não fosse assim, não me substituiriam, não é verdade. É claro que, como eles fizeram, pegaram os melhores físicos e aposentaram, os sociólogos e aposentaram, o grupo de Parasitologia de São Paulo, onde o pessoal todo saiu, isso, evidentemente, causa um impacto muito desastroso. Aqui na Universidade, tenho a impressão que foi pouco, porque o único sujeito que fazia pesquisa era eu.

A minha saída do Departamento não deu para sentir, porque tinha substituto: o Ziguerman, o Marcelo Coelho, que foi reitor, e outros. Então, não houve interrupção de trabalho. Além disso, muita gente que foi aposentada, aqui mesmo, ficou zangada com a Universidade e cortaram as ligações. Eu digo o seguinte: a Universidade não tem culpa nenhuma, pelo contrário. Quando eu estava lá, eu era membro do Conselho Universitário. A Universidade não teve nenhuma culpa. Foi coisa do governo federal. Então, em absoluto, não rompi com a Universidade; continuei. E, embora depois tenha havido um Ato Complementar, acho que número 77, que proibia os indivíduos aposentados de exercerem qualquer atividade em qualquer estabelecimento que fosse do governo ou que recebesse subvenção, continuei no INERU. Além disso, o tipo de trabalho que eu fazia, podia ser feito, parcialmente, na Universidade ou no INERU, sobretudo neste. Então, continuei trabalhando da mesma forma. Se você verificar a minha lista de trabalhos publicados, vai ver que nada mudou.

S.S. – A aposentadoria afetou sua relação com o INERU também?

A.M. – Eu não era do INERU. Tinha apenas acesso, porque eu havia sido diretor e o pessoal, quase todo, havia sido colocado por mim lá. Eram meus amigos. Se eu fosse do INERU haveria problemas, por que a Universidade tinha convênios com ele.

A minha história é curiosa, pelo seguinte: fui aposentado com vencimentos correspondentes ao tempo de serviço porque eu já tinha 40 anos de serviço.

S.S. – O Sr. poderia, então, ter se aposentado antes?

A.M. – Sim. Como fiz parte da FEB, poderia me aposentar com 25 anos de serviço. De modo que, na época de minha aposentadoria, tinha cumprido 15 anos de serviço a mais. Além disso, como já tinha mais de 35 anos de serviço, eu tinha sete quinquênios e, portanto, fui aposentado, exatamente, com o meu salário. Depois, tive uns prejuízos sérios, porque andaram fazendo uns cálculos errados e andei perdendo vencimentos. Só agora estão sendo corrigidos. Atualmente, estou ganhando como um professor titular.

S.S. – Então, não houve prejuízos financeiros?

A.M. – Não. Durante algum tempo houve um pouco, mas em compensação pude fazer cinco viagens ao estrangeiro. Passei uns tempos na Suíça, pela Organização Mundial de Saúde; duas vezes no Peru, uma apresentada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, outra pela Organização Panamericana de Saúde; duas vezes na Venezuela em diferentes universidades. Recusei um convite para Argélia.

Agora, recebi outro convite para a Venezuela e não vou. Então, tive essas facilidades de poder viajar para o exterior.

S.S. – O Sr. tinha viajado antes, para fora do Brasil?

A.M. – Já. Uma das vantagens do indivíduo que faz pesquisa é que se pode viajar sem gastar muito dinheiro. O Ziguerman viaja muito mais do que eu.

Em toda a minha vida, fiz 10 viagens bastante grandes e chegando em algumas, a permanecer bastante tempo; sempre ganhando. Nunca gastei dinheiro, pelo contrário. Então, nessas últimas viagens, depois que fui aposentado, em geral, voltava ao Brasil como de viagem de férias. Sob esse aspecto foi muito bom.

Recebi um prêmio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, medalha de serviços prestados à ciência no Brasil. Essa medalha foi dada no Brasil todo, a cento e tantas pessoas. A SBPC tem mais de 5.000 sócios e o sujeito ser incluído já é uma honra. O Ziguerman também recebeu.

Fui eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências.

S.S. – É uma promoção, não é?

A.M. – É.

S.S. – O Sr. não sentia antes, que era importante ir para o exterior?

A.M. – Mas é claro. A primeira viagem que fiz ao exterior foi para os Estados Unidos. Não fiz curso, mas vários estágios em vários laboratórios, em 1937. Fiquei quase um ano lá. Estive em várias universidades vendo assuntos que me interessavam. Depois dessa fiz várias viagens.

S.S. – Essa viagem de 1937 foi financiada por quem?

A.M. – Essa foi pelo estado, porque na ocasião o Instituto Ezequiel Dias era estadual.

S.S. – O estado fazia isso normalmente, quer dizer, mandava pessoas para fora?

A.M. – Não fazia. Pui ver um assunto específico. Havia uma doença aqui no Brasil – não sei se você ouviu falar nela – que se chamava febre maculosa, muitos a chamavam de tifo exantemático. Todo mundo sabe o que é febre maculosa; o tifo exantemático é diferente. A febre maculosa é uma doença transmitida por carrapato, enquanto que o tifo exantemático, é transmitido por piolho de maneira diferente. Então, começou a haver muitos casos de febre maculosa, que era uma doença 100% fatal. E havia uma vacina, fabricada nos Estados Unidos e, então, fui pesquisá-la para o Brasil, na Universidade da Califórnia. Aproveitei para fazer estágios em vários laboratórios, inclusive, no México em assuntos que eu estava interessado. Aliás, fui, aprendi a técnica, fiz tudo e, quando cheguei aqui, não fiz nada.

S.S. – Por que?

A.M. – Porque não se interessaram, não deram os meios. Isso acontece, não é! Fiquei por conta do estado, não totalmente, porque, felizmente, além de aprender essas coisas fiz outras na Universidade da Califórnia, em Washington e no México.

S.S. – A Fundação Rockefeller tinha participação aqui na área de problemas de Saúde pública? Na época, ela foi importante para a Faculdade?

A.M. – Não. Nessa viagem que fiz, em companhia do Dr. Hélio Dias – pesquisador de doença de Chagas, muito bom –, a Fundação Rockefeller não financiou-a, mas organizou-a. Fizeram os contatos, reserva em hotel, etc. Agora, logo no início da Faculdade de Medicina, a Fundação Rockefeller mandou uns professores.

S.S. – O Baeta Vianna, por exemplo?

A.M. – Sim. Hoje, parece que a ajuda é quase nada.

S.S. – Hoje, parece que está na Bahia.

A.M. – Ah, é!

S.S. – É. Tinha uma ligação com a Faculdade de medicina da Bahia. Sei que foi muito importante na área de Saúde Pública em São Paulo.

A.M. – Você sabe que a Faculdade de Medicina de São Paulo foi criada, foi construída pela Fundação?

S.S. – Em Belo Horizonte não era muito importante, não é?

A.M. – Não. Ela teve algum papel, mas não foi importante. Na verdade, auxiliava a Universidade de São Paulo, que estava sendo criada por ela. Aqui, não.

S.S. – Mas ela também ajudava muito em campanhas de Saúde Pública, não é?

A.M. – Parece que andaram participando da campanha da febre amarela, campanha do gânglio. Logo no início, eles andaram por aqui onde é hoje Betim –, fazendo uma campanha. Aliás, é a tal coisa que o americano faz muito, para experimentar drogas novas, porque não podem experimentar nos Estados Unidos, experimentam nos países semi-coloniais. Eles também estiveram trabalhando na esquistossomose, na profilaxia. Essas coisas não são do meu tempo. Há outros estados em que as escolas são mais antigas; Bahia, por exemplo. Parece que a Bahia teve a primeira Escola de Medicina do Brasil.

S.S. – É a Bahia e o Rio de Janeiro.

A.M. – É. Hoje, a Bahia que obteve uma expressão muito grande na pesquisa, não tem mais nenhuma expressão. Pernambuco teve durante algum tempo e, atualmente, é muito pequena. Os outros estados não têm. O Rio Grande do Sul não tem praticamente nada, a não ser que exista algumas áreas.

S.S. – Hoje existem algumas áreas que parecem boas no Rio Grande do Sul.

A.M. – Quais?

S.S. – Física parece que é ótima.

A.M. – É. Mas em Ciências Biológicas é pouco. No Paraná há alguma coisa de Biologia também. Em São Paulo, a Universidade de São Paulo tem caído demais. Agora, quem está surgindo é Campinas. O Zeferino é um sujeito muito ativo e parece que tem muito interesse. Mas muita gente não acredita nele.

S.S. – Mas o Zeferino não deixou a Reitoria?

A.M. – Deixou. Mas ainda é professor da Escola. Indiscutivelmente, foi quem organizou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Foi a melhor Faculdade de Medicina do Brasil e, talvez, ainda seja. Acho que a Universidade de Minas Gerais tende a melhorar; em algumas áreas está bem, como em Bacteriologia, em Bioquímica, Biologia. Em outras, talvez, em Ciências Exatas não sei se está bem, Física por exemplo. Em Química está bem.

S.S. – O Sr. acompanhou a formação da Universidade de Minas Gerais?

A.M. – Sim. A Universidade de Minas Gerais foi criada pelo Antônio Carlos em 1927. Fiz parte da segunda ou terceira turma da Universidade.

S.S. – Era Universidade estadual?

A.M. – A Universidade foi criada da pior maneira possível, e, até hoje, se ressentido disso. Não era uma Universidade. Era um conjunto de escolas. O Governo pegou várias escolas e tentou criar uma Universidade. Nomeou um reitor, mas no fundo eram escolas isoladas. A Universidade só passou a existir realmente, depois da reforma universitária.

S.S. – A Faculdade de Filosofia, no começo, em 1945, 1947, não tentou ser uma espécie de centro de ciência?

A.M. – Não há dúvida nenhuma que teve esse papel.

Fui professor de Zoologia da Faculdade de Filosofia porque, como não havia professores, durante algum tempo, dei aulas de Zoologia.

A Faculdade de Filosofia teve um papel bastante bom. Em Ciências Biológicas sobretudo, o indivíduo que influenciou lá, foi o Chagas. Mas na parte de Ciências Humanas e Letras, realmente, a Faculdade de Filosofia tinha um aspecto mais humanístico, enquanto as outras eram escolas, exclusivamente, profissionais: Odontologia, Engenharia, etc. Era uma escola que, no início, também tinha poucos recursos, mas fez alguma coisa.

S.S. – O Sr. acha que a reforma melhorou a Universidade?

A.M. – Lutei muito pela reforma. Atualmente, estou afastado da Universidade, mas acho o seguinte: era um absurdo se ter, por exemplo, uma cadeira de Microbiologia na Escola de Medicina, uma na Escola de Farmácia, uma na Escola de Odontologia e uma na Escola de Veterinária. Parasitologia haviam três. Eu achava que se devia juntar, porque assim se reuniria não só os recursos materiais como os recursos humanos e, então, a pesquisa podia se desenvolver, como de fato aconteceu.

Bati-me violentamente contra o catedrático. Achava que deveria acabar com esse negócio de propriedade de cátedra. Parece-me que é um critério usado na Universidade de Coimbra. Fui catedrático durante muito tempo, mas escolhia meus assistentes. Escolhia-os e estava acabado. De uma certa forma, era ruim porque, às vezes, o sujeito incluía seus parentes, filhos, etc. Mas tinha uma vantagem: quando o professor tinha um certo critério escolhia bem. E me gabo disso. Tive que tirar um assistente meu, que não era bom para que o Ziguerman entrasse, porque sabia que ele era um bom elemento. De modo que essa vantagem se tinha. Hoje, com a alteração do Departamento, não sei como está.

Hoje, o professor titular tem a vantagem de ganhar mais, ter mais privilégios do que os outros, mas não sei se naquele sistema antigo, em que o professor tinha autoridade, não seria melhor. Fui contra isso. Mas, ultimamente, tenho visto umas coisinhas no Departamento que...

S.S. – Muitos tendo autoridade, ela se dilui, não é?

A.M. – Sim. Hoje, ninguém entra para a Universidade a não ser por concurso. Isso, evidentemente, é bom. A cátedra de antigamente era uma espécie de paternalismo. O catedrático era uma figura por quem se tinha muito respeito; hoje, isso desapareceu. Antigamente, ser um professor da Faculdade de Medicina, era uma sumidade; hoje, não vale nada o título de professor universitário, não só porque o número aumentou muito, como também, não sei, se diluiu a autoridade. O que está acontecendo na Universidade atualmente é curioso, porque os salários são bons; não vou dizer que são magníficos, mas se comparados com os do funcionalismo federal, são os que ganham mais. Um professor titular com dedicação exclusiva e com auxílio do CNPq, ganha quase cinquenta mil cruzeiros, É um bom salário, não há dúvida nenhuma. No entanto, se vê um desanimo que não sei porquê. Não sei se é por causa do regime; não se interessam. Uma coisa incrível! Em alguns Departamentos aqui, o professor não vai à aula.

Tenho uma filha que está estudando Ciências Biológicas e o professor dela diz o seguinte: “Leiam isto em tal lugar assim.” E, depois, marca um seminário. Não dá aula. Não sei se é por que não há autoridade por parte do reitor, não sei o que é. Alguns Departamentos vão bem, outros vão muito mal. Mas mesmo esses que vão bem, têm problemas também.

S.S. – O Sr. acha que a Química está muito ruim também?

A.M. – Não. A Química está bem. A Química tem um pessoal muito bom.

A Fisiologia vai razoavelmente bem. A Microbiologia não sei bem. Acho que o Instituto de Ciências Biológicas ainda vai razoavelmente bem.

S.S. – E a formação profissional? O médico formado pela Faculdade de Medicina daqui, é um bom médico?

A.M. – Essa é uma pergunta difícil de responder. Acho que um médico formado pela Faculdade de Medicina daqui é melhor do que um médico formado por essas... O Brasil tem atualmente setenta e nove escolas de Medicina. Então, indiscutivelmente, um médico formado aqui é melhor do que um formado por uma dessas.

S.S. – São 70 escolas de Medicina?

A.M. – É. Acho que um médico formado por uma Faculdade de Medicina Federal e melhor do que da Católica.

Em Minas, nas cadeiras básicas, o ensino é muito melhor. De modo que, a base é muito melhor. Bati-me muito pelo aumento do número de vagas na Escola de Medicina, que era de oitenta vagas por ano. Eu achava que poderia dobrá-la e, se fosse preciso, aumentava-se o número de professores, porque havia uma capacidade ociosa muito grande. Há algum tempo atrás, é claro, a capacidade ociosa era muito grande, de modo que se poderia aumentar o número de vagas, sem prejuízo para o ensino. Com aquela demagogia que existia, sobretudo da d. Yolanda Costa e Silva, houve umas complicações com o número de excedentes, e ela entrou na história. O fato é que a Universidade teve que aceitar trezentos e vinte alunos. Assim, evidentemente, não há possibilidade.

S.S. – Ela teve interferência direta na Faculdade de Medicina daqui?

A.M. – Teve. Não sei se em todas as Faculdades, mas aqui foi. E, enquanto defendia cento e sessenta, o dobro, acabaram entrando trezentos e vinte, porque diziam que havia a necessidade de formar mais médicos. Fizeram uma bobagem: um

diretor daqui – não sei como um sujeito pensa que para aumentar o número de médicos é preciso reduzir a duração do curso –, durante algum tempo, diminuiu o curso de Medicina para cinco anos. Evidentemente, isso não aumenta, porque cada ano o número de médicos é o mesmo. Agora, corrigiram para seis anos e pouco. Mas houve esse aumento do número de alunos.

S.S. – A Escola de Medicina continua recebendo esse número de alunos por ano?

A.M. – Recebe. O Departamento de Parasitologia dá aula para Veterinária, para Medicina, Farmácia e Enfermagem, de modo que tem seiscentos e tantos alunos por ano. Então, dá para se dar um curso razoável, mesmo porque, também o *staff* é muito maior. Hoje, existem vinte ou trinta professores, enquanto que no meu tempo eram dois ou três. Mas, quando chega na parte clínica, a coisa se complica porque fizeram umas modificações; não sei o resultado ainda. O médico que se forma hoje, embora a Medicina tenha progredido muito, e, sob certos aspectos aprende mais coisas do que aprendíamos, acho que o nível é mais fraco. Não sei como vão resolver essa situação. Estão pensando agora, seriamente, em reduzir o número de vagas.

S.S. – E a idéia de criar um tipo de profissional que chamavam de paramédico. Como é que o Sr. vê isso?

A.M. – No governo do Jango, quando o ministro era o Darcy Ribeiro, teve essa idéia: formar um médico para a zona rural que fosse assistente de médico. E, por meu intermédio, encarregou o diretor da Escola de Medicina e a mim de organizarmos um grupo para discutir isso em Brasília. Escolhemos várias pessoas e nos reunimos em Brasília para discutir o assunto – 40 professores. O assunto começou e foi torpedeado pelo Clóvis Salgado. Tratava-se do seguinte: seriam indivíduos residentes na zona rural e que receberiam um treinamento de bem pouco tempo, fariam o primeiro atendimento e, os casos que não pudessem resolver, seriam encaminhados para um lugar maior. Seria, mais ou menos, como no Peru onde os assistentes sanitários fazem curativos, aplicam vacinas, essas coisas. Então, nomearam uma comissão da qual fazia parte o

Versiani, eu e mais alguns. Éramos uns cinco ou seis. Mas nunca foi para frente. Agora não sei, pois no Brasil já está havendo excesso de médicos.

S.S. – Está havendo excesso de médicos ou má-utilização?

A.M. – Má utilização. Há concentração nas grandes cidades. Mas parece que o número de médicos já está... Pelo menos, se não há, dentro de poucos anos vai haver um excesso enorme de médicos com essas setenta e tantas escolas funcionando e soltando médicos anualmente. Há uma concorrência muito desleal; hoje a Medicina é comum. Nem diga que sou médico. Saí da Associação Médica, do Conselho Regional de Medicina. Como há um grande número de médicos, o sujeito usa todos os expedientes para convencer. Acho que, no momento, essa questão de paramédico não tem condição. Em primeiro lugar, eu e o Beraldo, que é professor do Instituto de Fisiologia, pensamos instituir na Faculdade de Medicina...

S.S. – Beraldo é professor de que?

A.M. – Fisiologia. Você o conhece?

S.S. – Não pessoalmente.

A.M. – De nome conhece-o. Ele era vice-presidente da SBPC. Estávamos pensando em estabelecer aqui o sistema que havia no México, isto é, o médico antes de se formar, teria que fazer um estágio na zona rural. Faz e só depois disso é liberado para exercer a clínica. Havíamos dito isso, e, inclusive fizemos lá algumas reuniões de alunos e, eles foram unanimemente contra.

S.S. – Por quê?

A.M. – Diziam que queriam se formar e terem a liberdade de exercerem a profissão. Agora, parece que já há um estágio obrigatório de seis meses na zona rural. Acho bom por motivos profissionais. Soltar um médico recém-formado que

não tem experiência nenhuma, porque o que o sujeito aprende na escola é muito pouca coisa, sem ter um órgão que lhe de as bases, o mínimo do que fazer... Começamos a organizar aqui um sistema de ensino médico, para regiões rurais de Minas Gerais; então, haveria um sistema de rádio-transmissão que poderia entrar em contato com essas regiões, para fazer consultas, etc., mas fracassou.

S.S. – E o trabalho de Medicina Sanitária? Esse trabalho que foi feito, como pode ser feito? As doenças tropicais são em grande parte problemas sanitários; não são problemas propriamente médicos, não é?

A.M. – Sim. São problemas de desenvolvimento.

S.S. – Isso tem sido feito? É um trabalho discutido, ou será que não leva a coisa nenhuma?

A.M. – Não sei. O problema de doença de Chagas, que é um problema, evidentemente, de miséria que está ligado à cafua, tenho a impressão que tem melhorado apesar de tudo, porque se descobriu uma inseticida que é eficiente no combate ao barbeiro. Mas, como existe o barbeiro na natureza, se se deixar, daqui a pouco volta. Então, tem-se que fazer tudo periodicamente, apesar de não se saber qual seja o intervalo. Mas isso, indiscutivelmente, apesar de tudo, a situação na zona rural tem melhorado.

(Fim da Fita 1 – B)

A.M. – Uma prova disso é a seguinte: antigamente, via-se muito caso agudo de doença de Chagas; hoje, são muito raros. A situação modificou-se. Além disso, o povo do interior, já está tomando uma certa consciência da questão do barbeiro, de modo que procuram combatê-lo. Então, acho que a situação já está melhorando, quanto a esse aspecto. Agora, tem aquele aspecto da transfusão de sangue e isso não vale a pena discutir.

Acho que tecnicamente é um problema difícil. Agora, quanto à esquistossomose não.

S.S. – Esquistossomose não.

A.M. – Não, pelo seguinte: o combate do caramujo é muito precário. Há várias substâncias que matam o caramujo, mas volta facilmente porque não se visa uma assepsia dos córregos. Então, não adianta. Sou contra o combate do caramujo, somente.

S.S. – Não é só próprio de água estagnada?

A.M. – Não. Ele dá em muitas águas. É mais abundante em pequenos córregos, valas de irrigação, em algumas lagoas, em pequenos cursos d'água. O combate ao caramujo não adianta. O que se podia fazer é impedir que o caramujo se infeste. O caramujo, em si, não tem importância nenhuma. Então, isso é o quê? Um problema de saneamento básico. O problema, teoricamente, é o mais simples possível. Se se impedir que o indivíduo defeque na superfície do solo, está acabado – os dejetos vão para esses cursos d'água –, mas como se no interior não há latrinas. Parece que a área de esquistossomose está aumentando. Tem surgido focos novos em vários lugares onde não havia antes. A grande vantagem de hoje é que o tratamento que, antigamente, era difícil, com o antimônio, durava pelo menos vários dias, doloroso, perigoso, às vezes até fatal, hoje é simplíssimo. Com uma dose de medicamento cura-se o doente. Mas, as idéias de tratamento em massa, como o desse ministro que atualmente estava pensando nisso, os especialistas são inteiramente contra. Não adianta. Não se consegue tratar todos os indivíduos ao mesmo tempo. Alguns que fiquem, mantêm a doença. O problema de esquistossomose ainda é um problema grave,

A malária está praticamente resolvida, embora existam umas zonas residuais em que não se consegue extinguí-la.

A leishmaniose que é uma doença relativamente importante, tinha desaparecido e, ultimamente, vem aparecendo focos, até no Rio de Janeiro. A situação dessas doenças parasitárias, das quais posso falar, tem melhorado, mas ainda há muitos problemas.

S.S – O trabalho de pesquisa que se faz hoje em dia, não tem muito que ver com o problema do combate à doença?

A.M – Isso em relação a doença de Chagas. Hoje, os problemas da doença de Chagas estão teoricamente resolvidos.

S.S. – Então, não são problemas científicos; são práticos.

A.M. – Sim. O problema da terapêutica da doença de Chagas, que é um problema sério, tenho a impressão que não se resolve, porque no Brasil, não há síntese química, isto é, não há medicamentos novos para se experimentar. Em geral, se experimenta medicamentos que são mandados por essas grandes indústrias químicas do mundo. E não sei se essas empresas têm grande interesse em descobrir remédios para a doença de Chagas, pois afinal é uma doença que só existe na América Latina. Não é como a malária ou como a esquistossomose, que existe praticamente no mundo inteiro. De modo que o progresso nesse sentido é muito...

S.S. – Mas não têm ninguém fazendo pesquisa de Química?

A.M. – Tem. De vez em quando vem uns medicamentos, sobretudo da Alemanha.

S.S. – Mas aqui não tem ninguém pesquisando essa fórmula?

A.M. – Tem pesquisando, mas não a síntese.

(Interrupção)

A.M. – Em relação à doença de Chagas, realmente, a pesquisa não tem trazido elementos. Uma pesquisa básica é muito importante de um ponto de vista geral, não de aplicação prática. Brigo muito com o Ziguerman sobre isso.

S.S. – Qual é a importância disso na prática?

A.M. – É difícil explicar a importância pelo seguinte: hoje, estou coordenando um grupo e desse grupo, a maioria do pessoal que está trabalhando nisso e já como um modelo para estudar a Fisiologia do protozoário, funcionamento da membrana celular, essas coisas que podem, futuramente, ter uma aplicação muito grande. Acho que é muito importante separar a pesquisa básica da pesquisa aplicada. Às vezes, está-se fazendo uma pesquisa que aparentemente não tem importância nenhuma e, depois, mostra que tem uma aplicação prática, ou que serve de base a uma outra pesquisa. De modo que acho que a pesquisa básica deve ter o mesmo apoio que tem a pesquisa puramente aplicada.

S.S. – O Sr. acha que as instituições que financiam essas pesquisas, tem consciência de que isso é pesquisa básica?

A.M. – Tenho a impressão que sim. Essas pesquisas sobre doença de Chagas, por exemplo, são financiadas de uma maneira muito ampla. E, realmente, tem uma repercussão internacional muito grande, porque muita gente no estrangeiro, pelo menos, trabalhando sobre esses mesmos aspectos. E como digo, não vejo uma aplicação prática imediata. Mas isso não quer dizer que não venha a ter.

Suponhamos que os medicamentos atuais não ajam sobre o tripanossoma cruzi porque não atravessam a membrana. Se se estudar a fisiologia da membrana e descobrir um medicamento que possa atravessá-la, um atalho é um dado importante. Não é que seja o tratamento, é a visão disso. Uma das consequências pode ser essa.

Atualmente, sou um livre atirador; faço o que quero. Estou estudando os insetos que transmitem a leishmaniose, mas não como transmissores.

S.S. – A pesquisa que o Sr. faz é o quê? É de Taxionomia?

A.M. – Eu, propriamente, só faço taxionomia. Esse embrulho aqui são trabalhos que foram publicados pela Revista Brasileira de Ciência. Mandaram-me duzentos exemplares. É um trabalho puro de taxionomia; não cuida nada da execução prática.

S.S. – É publicado em inglês?

A.M. – Não. Publicam em português também. Esse trabalho foi publicado em inglês porque o pessoal que trabalha nisso, no Brasil, é muito pouco. Em geral, é gente de fora, dos Estados Unidos, de outros países, de modo que é mais prático. Os meus trabalhos, publico somente em português. Mas esse, como é uma espécie de síntese, achamos que era mais interessante publicar em inglês. Estou interessado em estudar a coisa do ponto de vista entomológico também. A realidade é que, até hoje, não está muito certa essa identificação. Então, a primeira coisa é saber identificá-la, saber estudar. É um trabalho puramente básico. Aparentemente, não tem nenhuma aplicação imediata, mas poderá servir. De modo que insisto muito nisso. Não se deve, de maneira nenhuma, separar a pesquisa básica da pesquisa prática. A pesquisa é uma só. A outra é tecnologia aplicada.

S.S. – Acho que poderíamos terminar a entrevista. O Sr. teria alguma coisa para acrescentar?

A.M. – Não. Acho que analisamos tudo que era mais importante.

A história da evolução da Biologia aqui em Minas Gerais é muito pobre. Atualmente, a coisa está melhorando. Mas antigamente...

Trabalhei nesses vários assuntos e, mais ou menos, como pioneiro porque não havia ninguém que trabalhasse nisso. Hoje, para que vou trabalhar em doença de Chagas, se tem o Ziguerman que está estudando-a.

(Interrupção)

Fui *expert* da Organização Mundial de Saúde durante, acho, que 25 anos. Mas no dia que fiz 70 anos, o sujeito para; aí recebi um agradecimento. A Organização Mundial de Saúde escolhe, em vários países do mundo, um perito em determinada área. Minha área era doenças parasitárias. É um mandato de cinco anos. Tive esse mandato renovado cinco vezes até que, quando completei 70 anos, eles me aposentaram. A função do perito é de responder as consultas. Por duas vezes, agi como consultor da Organização Mundial de Saúde. O consultor recebe uma tarefa específica. Pela primeira vez fui à Suíça, à sede da Organização Mundial de Saúde escrever um trabalho sobre leishmaniose. Passei lá algum tempo escrevendo e, aliás, poderia muito bem tê-lo feito aqui. Mas convidaram-me para ir lá. Tenho a impressão que esse convite foi feito logo depois que fui aposentado; a idéia foi de me prestigiar. Encontrei-me com vários colegas que tinham sido aposentados também e ficaram exercendo cargos na Organização Mundial de Saúde na Suíça. Escrevi o trabalho que foi publicado numa revista em Paris. Depois, também fui consultor da Organização Panamericana de Saúde – órgão regional da Organização Mundial de Saúde – num trabalho sobre leishmaniose no Peru. Estive lá trabalhando. No mais, apenas comparecia a reuniões.

S.S. – Essa organização tinha um papel importante no Brasil?

A.M. – Tenho muitas dúvidas quanto à Organização Mundial de Saúde. Aquilo é um órgão tremendo. Você conhece Genebra?

S.S. – Não.

A.M. – É uma beleza o edifício que eles tem lá. Um pessoal enorme. Nos países mais subdesenvolvidos da África e da Ásia, eles têm uma atuação mais adequada. No Brasil é muito pouco. Patrocinam reuniões, mas a ação deles aqui é muito pouca. É um órgão importante porque dão algumas diretrizes que podem ou não serem seguidas pelos países. Fora disso, aqui no Brasil, não sei.

Fim da fita 2 – A